

## Valor dos Direitos de Propriedade Intelectual

A presente Nota Estatística visa apresentar informação relativa ao valor dos direitos de propriedade intelectual (direito de autor e direitos conexos) no sector cultural e criativo em Portugal no seu relacionamento com o exterior, no período 2001 a 2007, com base em dados disponibilizados pelo Banco de Portugal.

Esta instituição regista mensalmente este tipo de fluxos, através das seguintes rubricas da balança de pagamentos: "direitos de utilização de patentes, marcas, royalties e direitos de autor"; "outros direitos de utilização" (reporta-se a distribuição de filmes, de programas de televisão e de outros serviços de cultura); "audiovisuais"; "direitos de aquisição e utilização de patentes, marcas e direitos similares"; "serviços de informação"; "serviços de arquitectura, engenharia e consultadoria técnica"; "serviços de publicidade, estudos de mercado e de opinião pública"; "serviços de informática". A diferença entre as rubricas "direitos de utilização" e "direitos de aquisição e utilização" está em que no último caso se trata de uma aquisição definitiva de um determinado direito, ao passo que no primeiro se reporta apenas a uma sua utilização concreta.

Segundo o Banco de Portugal, as várias rubricas da balança de pagamentos com o exterior não são passíveis de maior desagregação e embora o MC não tutele todas as actividades que compreendem o espectro do sector cultural e criativo, foi nosso objectivo abarcá-lo em toda a sua abrangência e dinamismo, respeitando, além do mais, o carácter unitário da fonte estatística utilizada.

Tendo presente a delimitação do sector cultural e criativo subjacente ao estudo da Comissão "A Economia da Cultura"- sector cultural compreende as artes tradicionais, artes visuais, de representação e património, e as indústrias culturais (edição, cinema, música, vídeo jogos, televisão e rádio e o sector criativo, compreende a moda, o design, arquitectura e publicidade - verifica-se que a informação estatística disponível relativa à propriedade intelectual é mais palpável para as actividades que compreendem o sector criativo do que o cultural, com excepção dos audiovisuais que contudo não discrimina.

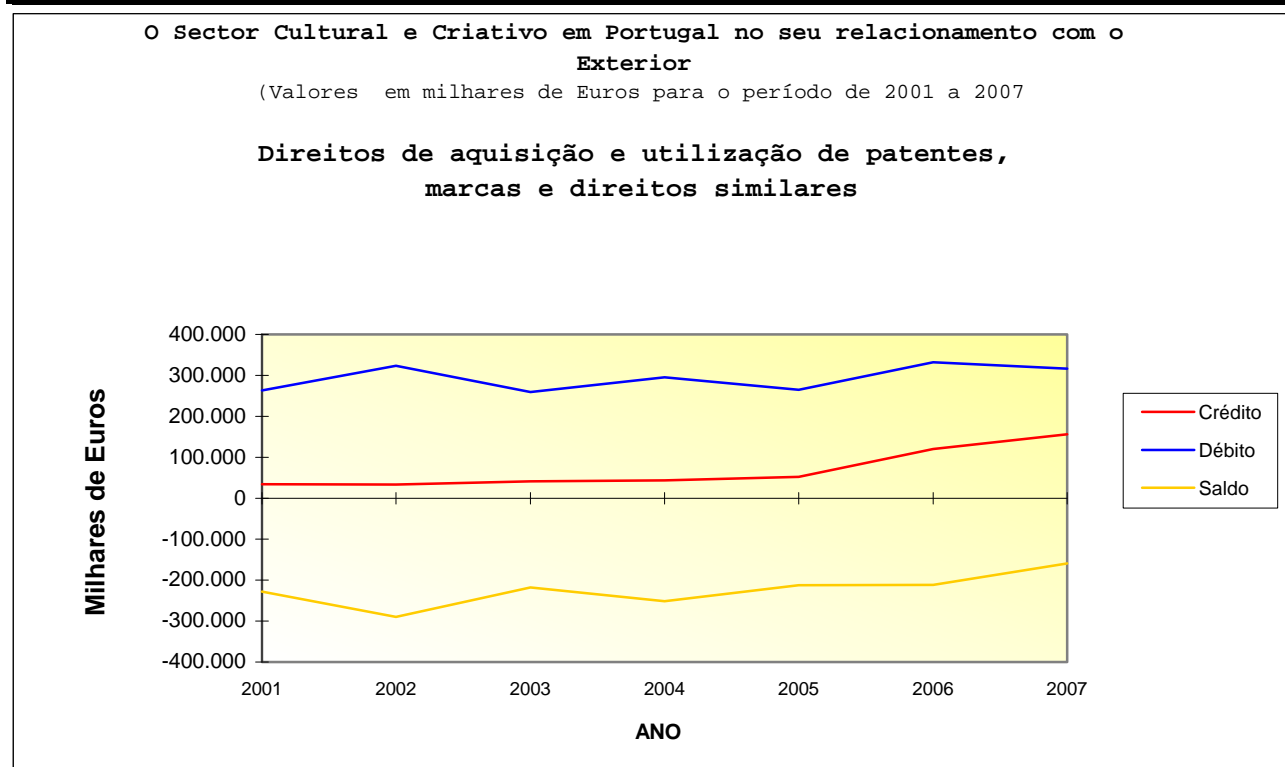
Pese embora esta dificuldade de informação, é nossa intenção verificar se no domínio do sector cultural e criativo, Portugal é mais um importador de direitos e menos um exportador, ou vice-versa. Este aspecto, relevando uma pequena parte da dimensão específica dos direitos de propriedade intelectual, será certamente um elemento essencial quer para sustentar as políticas públicas quer as posições nacionais nos debates em curso na agenda política europeia e internacional sobre as indústrias criativas.

Assim, os dados que a seguir se apresentam referem-se aos oito agregados da balança de pagamentos do Banco de Portugal acima indicados, os mesmos devendo ser entendidos como os montantes recebidos do, ou pagos ao, exterior ao longo dos últimos sete anos.

Começaremos por analisar a evolução de cada um desses oito agregados no período em referência, agregando depois essa informação para o conjunto do sector, ano a ano, e termina-se com a representação gráfica de cada um dos fluxos envolvidos - receitas, pagamentos e saldo - para a totalidade do período em apreço.

Quadro I

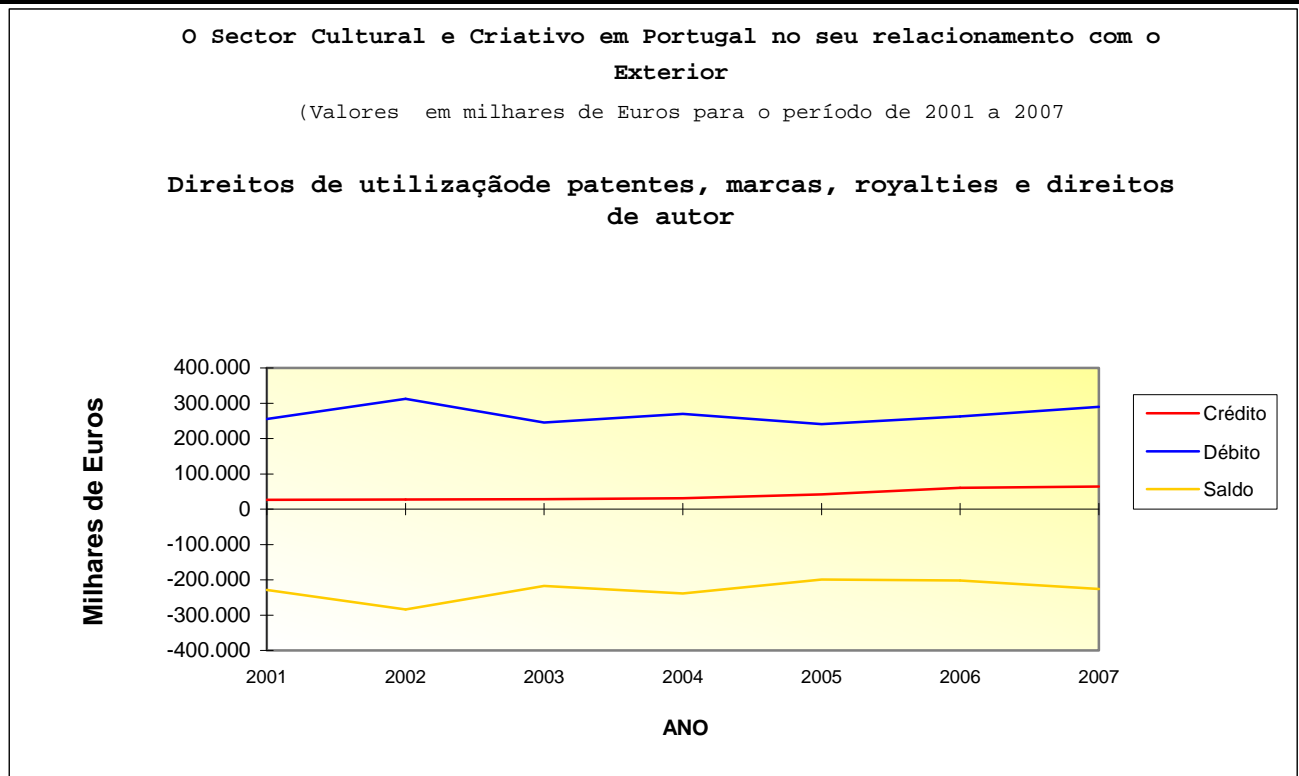
O Sector Cultural e Criativo em Portugal no seu relacionamento com o Exterior				
(Valores em milhares de Euros para o período de 2001 a 2007)				
	ANO	Crédito	Débito	Saldo
Direitos de aquisição e utilização de patentes, marcas e direitos similares	2001	34.737	263.038	-228.301
	2002	33.401	323.134	-289.733
	2003	41.332	259.252	-217.920
	2004	43.940	295.184	-251.244
	2005	52.169	264.856	-212.687
	2006	120.320	331.718	-211.398
	2007	156.611	316.185	-159.574



No decurso do período em análise os pagamentos ao exterior relativos a direitos de aquisição e utilização de patentes, marcas e direitos similares quadruplicaram os recebimentos. A variação no período é mais acentuada do lado do crédito sendo a evolução do débito mais regular. A partir de 2005 regista-se um acréscimo significativo dos recebimentos, acompanhado mesmo de uma redução dos pagamentos de 2006 para 2007, do que resultou uma redução de quase 25% do saldo de 2007 relativamente ao ano anterior, ainda que sempre negativo. Realce-se que o saldo de 2007 é o mais reduzido de todo o septenato.

Quadro II

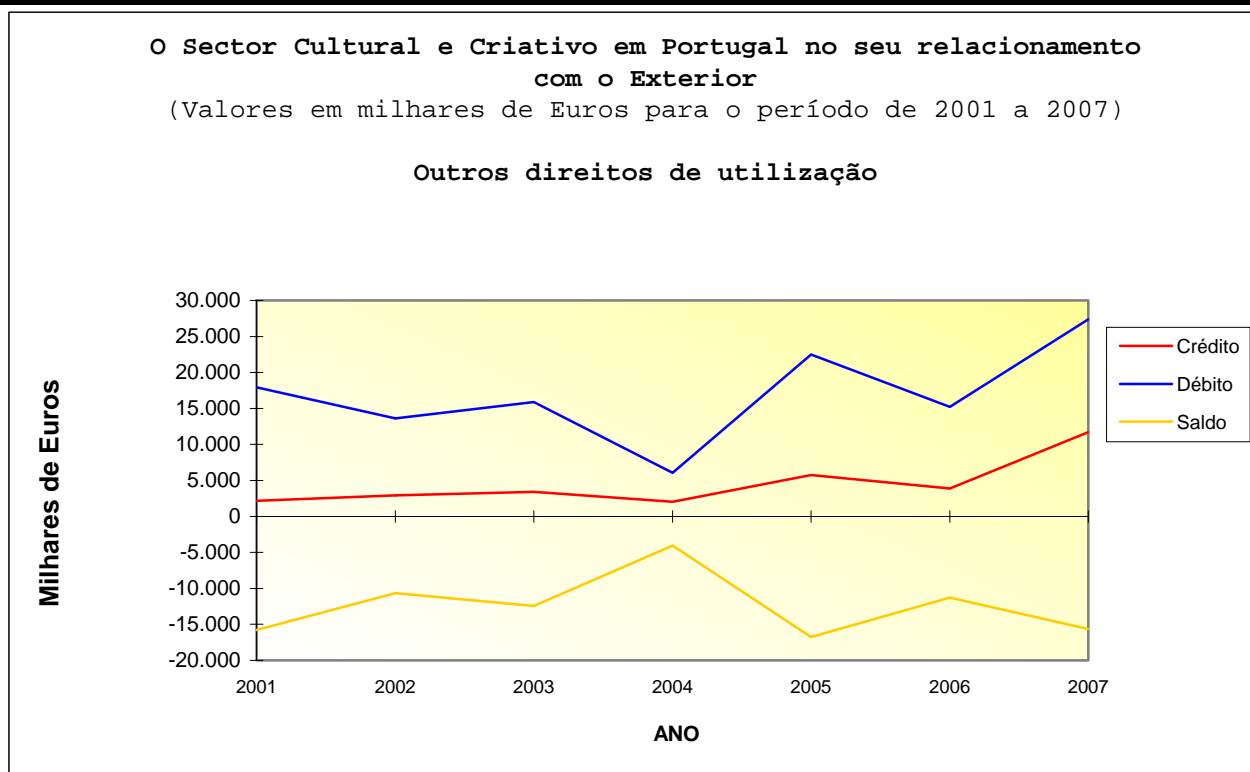
O Sector Cultural e Criativo em Portugal no seu relacionamento com o Exterior				
(Valores em milhares de Euros para o período de 2001 a 2007)				
	ANO	Crédito	Débito	Saldo
Direitos de utilização de patentes, marcas, royalties e direitos de autor	2001	26.245	255.449	-229.204
	2002	27.569	312.180	-284.611
	2003	28.142	245.201	-217.059
	2004	30.614	269.846	-239.232
	2005	41.267	240.567	-199.300
	2006	60.417	262.418	-202.001
	2007	63.903	289.816	-225.913



No período em análise, os pagamentos ao exterior relativos a direitos de patentes, marcas e royalties e direitos de autor foram 6 vezes e meia superiores aos recebimentos. A evolução ao nível do débito apresenta alguma descontinuidade face ao crédito, cujos valores continuam muito reduzidos (sendo que em 2007 representam apenas 22% dos valores pagos ao exterior). A partir de 2005 regista-se uma tendência crescente dos valores de ambos os fluxos, com impacto ao nível do saldo, que se apresenta crescentemente negativo.

Quadro III

O Sector Cultural e Criativo em Portugal no seu relacionamento com o Exterior (Valores em milhares de Euros para o período de 2001 a 2007)				
	ANO	Crédito	Débito	Saldo
Outros direitos de utilização	2001	2.142	17.915	-15.773
	2002	2.919	13.596	-10.677
	2003	3.417	15.874	-12.457
	2004	2.035	6.082	-4.047
	2005	5.756	22.504	-16.748
	2006	3.887	15.196	-11.309
	2007	11.714	27.382	-15.668

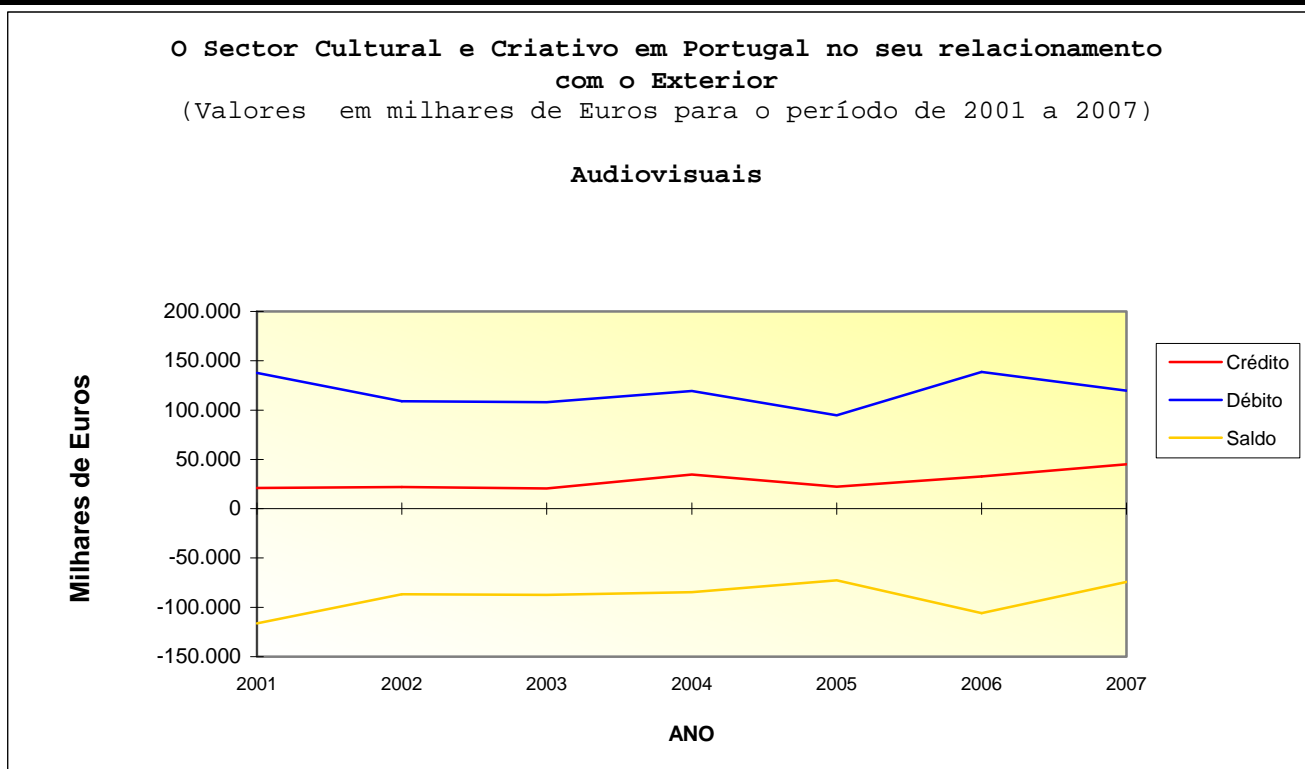


No decurso deste período e do ponto de vista dos recebimentos do exterior relativos a outros direitos de utilização (de distribuição de filmes e de programas de televisão,

entre outros) o facto mais saliente é o acréscimo verificado no ano de 2007, três vezes superior a 2006. A evolução dos pagamentos ao exterior é mais irregular mas cresceu menos significativamente. O saldo, no entanto, é sempre negativo - sendo o ano de 2004 o mais favorável.

Quadro IV

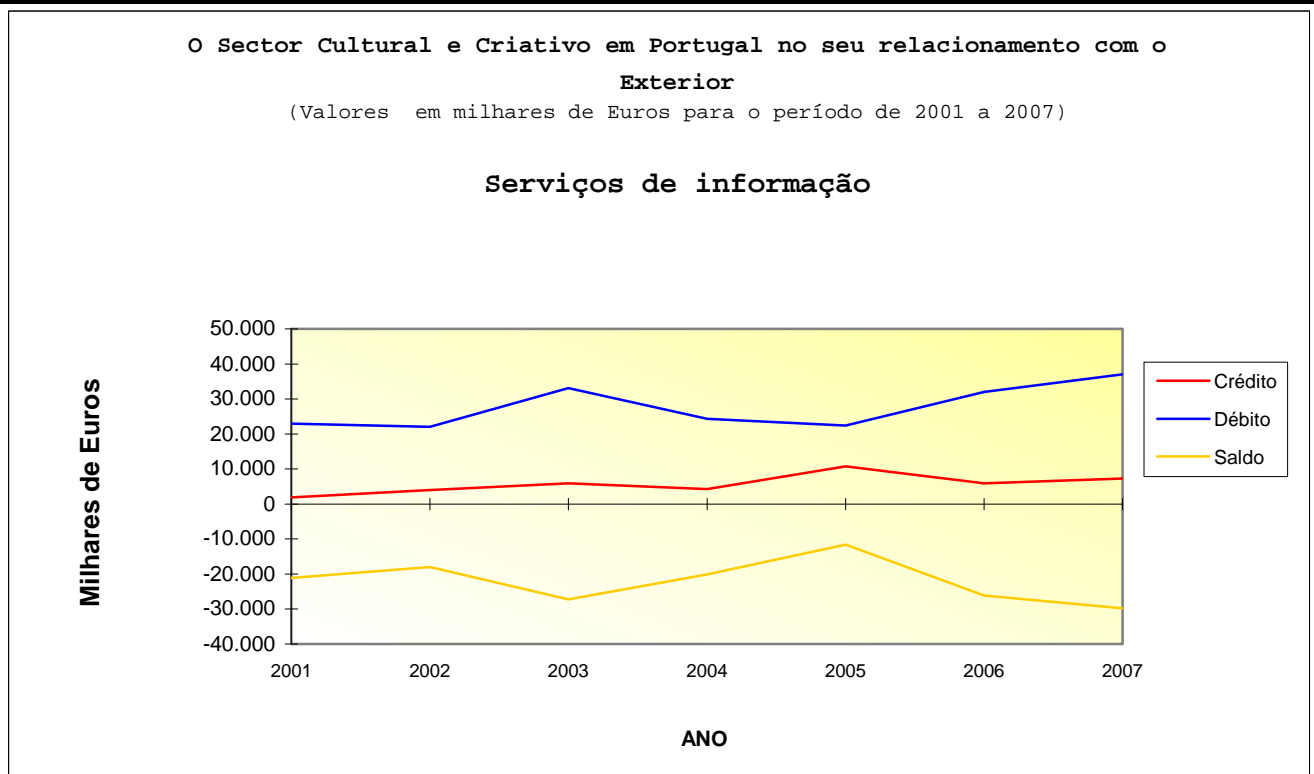
O Sector Cultural e Criativo em Portugal no seu relacionamento com o Exterior (Valores em milhares de Euros para o período de 2001 a 2007)				
	ANO	Crédito	Débito	Saldo
Audiovisuais	2001	21.229	137.619	-116.390
	2002	22.043	108.959	-86.916
	2003	20.517	107.923	-87.406
	2004	34.830	119.437	-84.607
	2005	22.300	94.828	-72.528
	2006	32.788	138.656	-105.868
	2007	45.246	119.548	-74.302



No decurso do período em análise os pagamentos ao exterior relativamente a audiovisuais foram significativamente superiores aos recebimentos, sendo a respectiva relação de 4,5. O saldo, negativo ao longo de todo o período, apresenta uma evolução positiva, tendo diminuído cerca de 30% de 2006 para 2007.

Quadro V

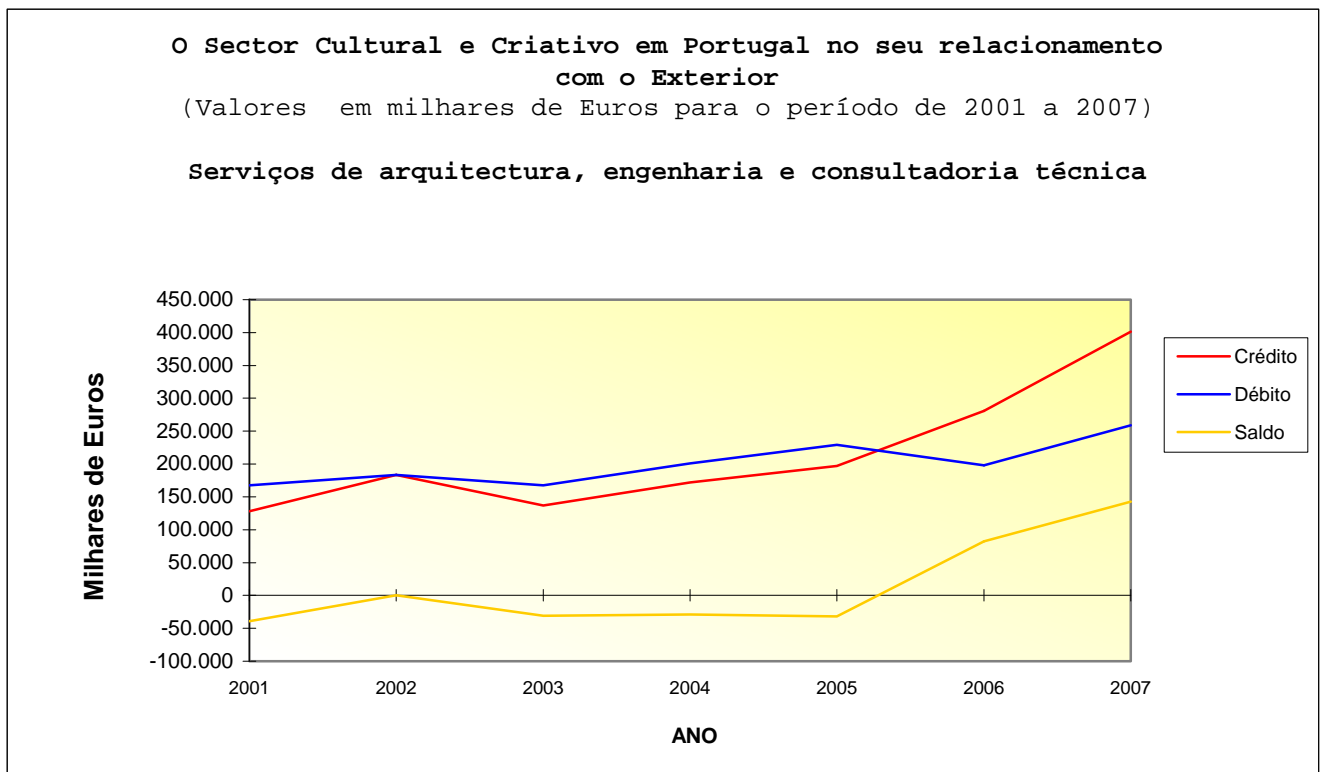
O Sector Cultural e Criativo em Portugal no seu relacionamento com o Exterior (Valores em milhares de Euros para o período de 2001 a 2007)				
	ANO	Crédito	Débito	Saldo
Serviços de informação	2001	1.885	22.963	-21.078
	2002	4.039	22.079	-18.040
	2003	5.947	33.158	-27.211
	2004	4.287	24.366	-20.079
	2005	10.794	22.449	-11.655
	2006	5.931	32.030	-26.099
	2007	7.276	37.054	-29.778



Os pagamentos feitos ao exterior relativamente aos serviços de informação foram quase cinco vezes superiores aos recebimentos obtidos, apesar de a irregularidade ao longo do tempo ser uma constante em ambos os fluxos. O ano de 2005 foi particularmente positivo - graças aos recebimentos que mais do que duplicaram relativamente ao ano anterior. Com excepção deste ano pode-se dizer que o saldo negativo se insere numa tendência crescente.

Quadro VI

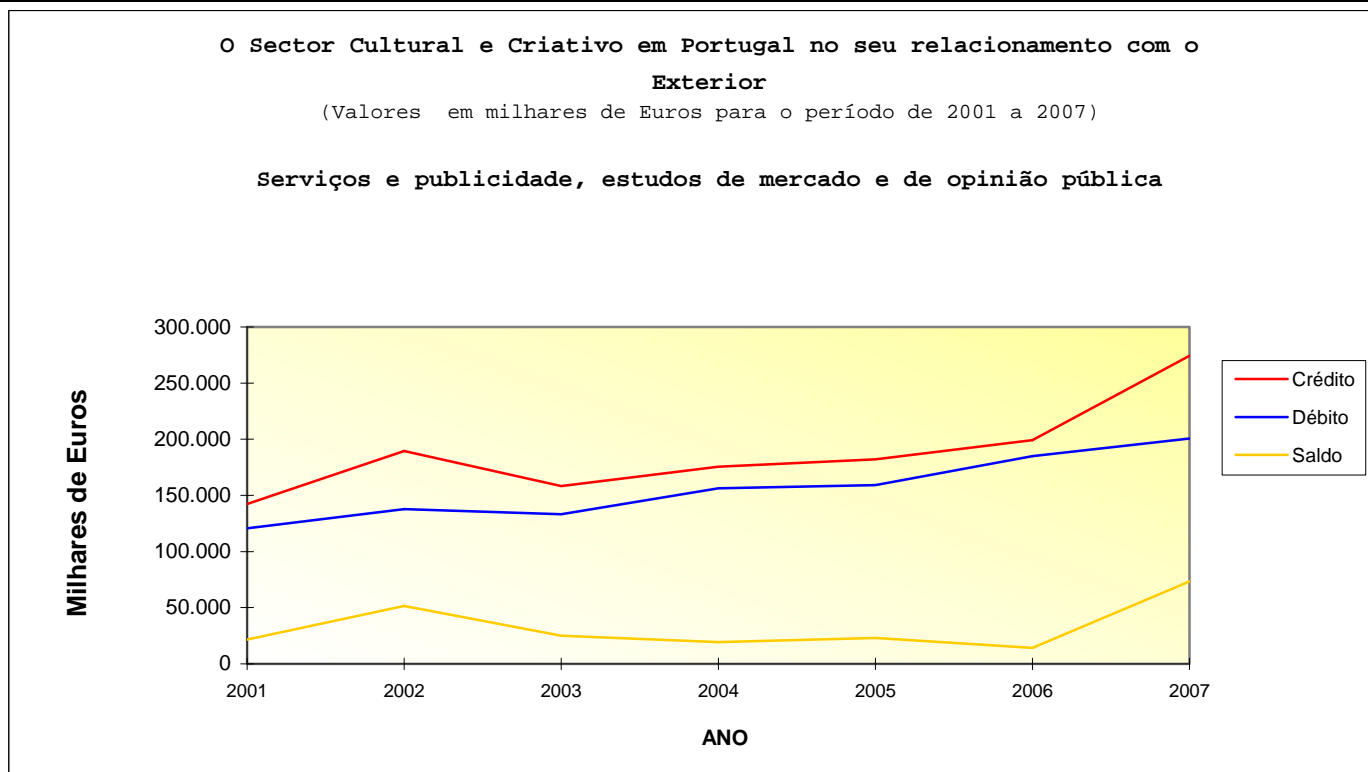
O Sector Cultural e Criativo em Portugal no seu relacionamento com o Exterior (Valores em milhares de Euros para o período de 2001 a 2007)				
	ANO	Crédito	Débito	Saldo
Serviços de arquitectura, engenharia e consultadoria técnica	2001	127.914	167.254	-39.340
	2002	183.728	183.396	332
	2003	136.750	167.459	-30.709
	2004	172.051	201.247	-29.196
	2005	197.287	229.368	-32.081
	2006	280.838	198.251	82.587
	2007	401.337	258.661	142.676



De 2001 a 2005, os pagamentos ao exterior devidos por serviços de arquitectura, engenharia e consultadoria técnica são superiores aos recebimentos. A partir de 2005 a situação altera-se e os valores recebidos do exterior foram quase o dobro dos pagamentos efectuados. Esta evolução não será alheia à conquista de novos mercados por parte de empresas de construção portuguesas.

Quadro VII

O Sector Cultural e Criativo em Portugal no seu relacionamento com o Exterior (Valores em milhares de Euros para o período de 2001 a 2007)				
	ANO	Crédito	Débito	Saldo
Serviços e publicidade, estudos de mercado e de opinião pública	2001	142.345	120.791	21.554
	2002	189.500	137.857	51.643
	2003	158.264	133.142	25.122
	2004	175.594	156.130	19.464
	2005	182.277	159.140	23.137
	2006	199.174	184.909	14.265
	2007	274.247	200.803	73.444

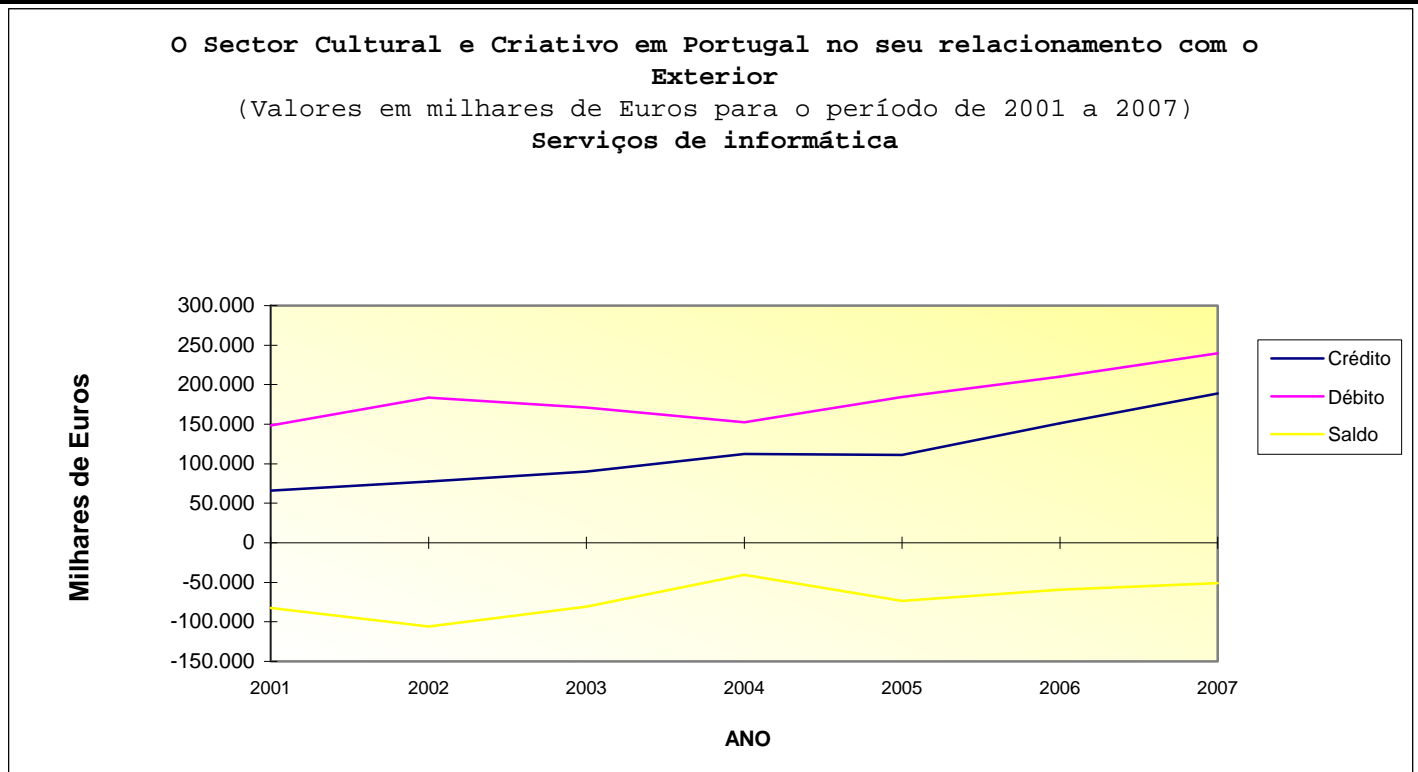


Para o conjunto dos serviços de publicidade, estudos de mercado e de opinião pública o saldo do relacionamento com o exterior é sempre positivo ao longo do período em apreço. Em 2007 o valor do crédito cresceu 37,7% enquanto que o débito registou um crescimento de apenas 8,6%.



Quadro VIII

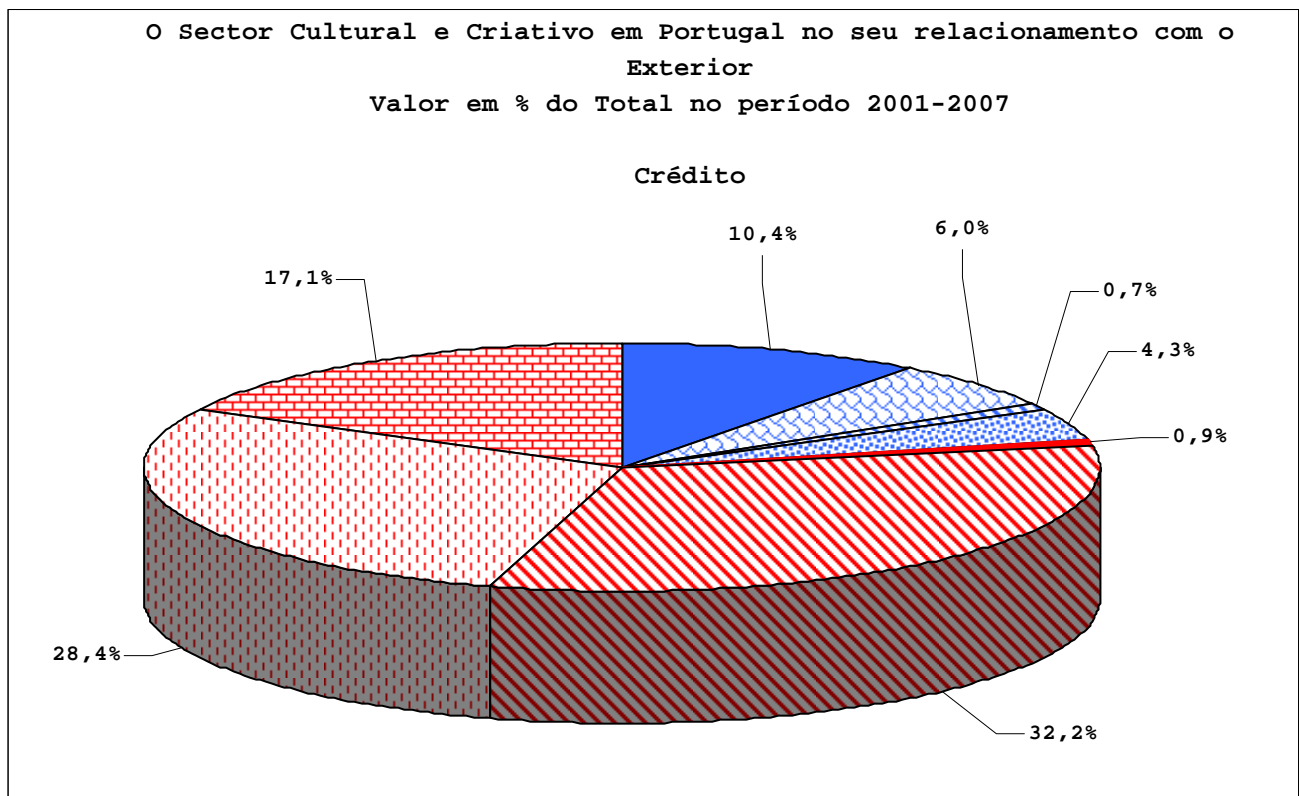
O Sector Cultural e Criativo em Portugal no seu relacionamento com o Exterior (Valores em milhares de Euros para o período de 2001 a 2007)				
	ANO	Crédito	Débito	Saldo
Serviços de informática	2001	65.834	148.314	-82.480
	2002	77.701	183.742	-106.041
	2003	90.254	171.137	-80.883
	2004	112.284	152.540	-40.256
	2005	111.041	184.445	-73.404
	2006	151.026	210.424	-59.398
	2007	188.872	239.796	-50.924



No decurso do período em análise os pagamentos ao exterior em serviços de informática foram 1,6 vezes superiores aos respectivos recebimentos. A evolução dos respectivos fluxos é quase paralela, e claramente crescente, sobretudo a partir de 2004. Esse ano, com efeito, foi de todos o mais positivo uma vez que nele se verificaram, relativamente ao ano anterior, uma diminuição do débito e uma subida do crédito. A evolução que se tem vindo a verificar não é alheia a alguma internacionalização de empresas de informática, bem sucedidas.

Gráfico I

Total das receitas provenientes do exterior por agregado, em percentagem (2001-2007)



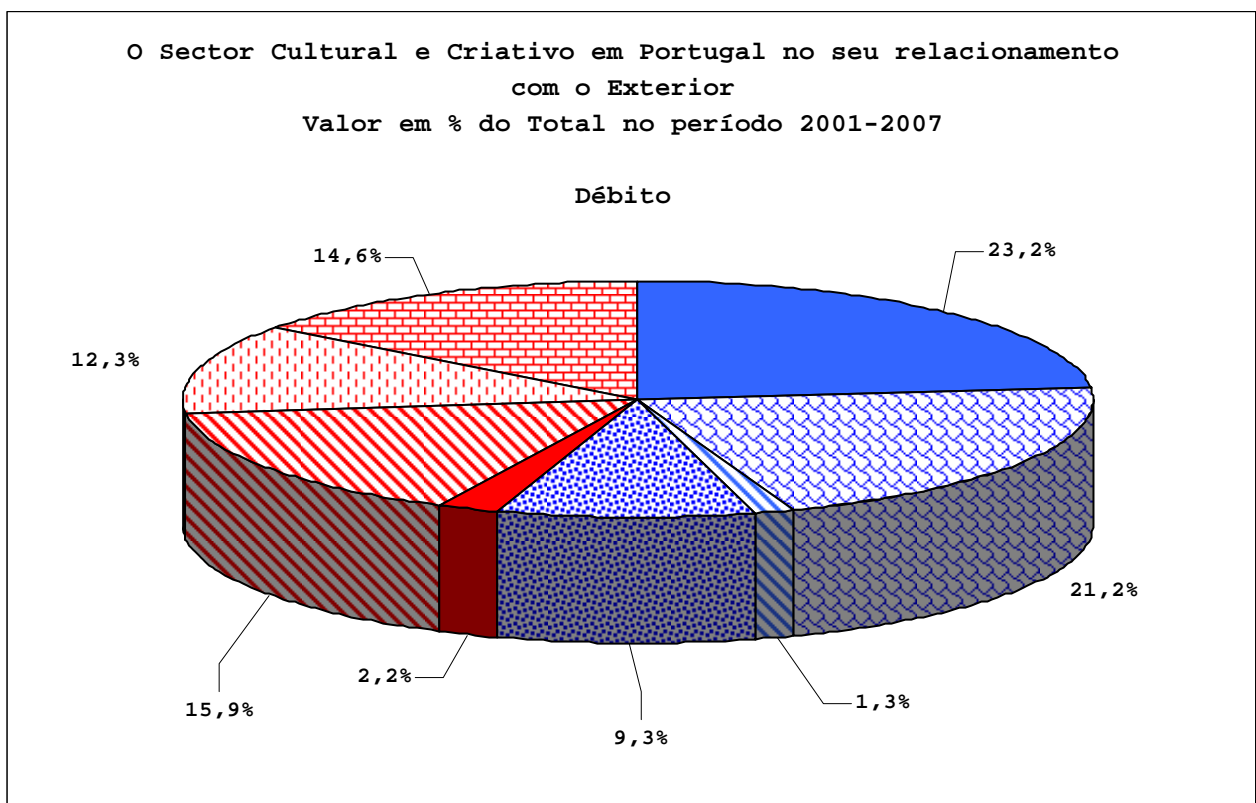
Legenda

	(em 1 000€)
Direitos de aquisição e utilização de patentes, marcas e direitos similares	482.510
Direitos de utilização de patentes, marcas, royalties e copy-right	278.157
Outros direitos de utilização	31.870
Audiovisuais	198.953
Serviços de informação	40.159
Serviços de arquitectura, engenharia e consultadoria técnica	1.499.905
Serviços de publicidade, estudos de mercado e de opinião pública	1.321.401
Serviços de informática	797.012
<b>TOTAL</b>	<b>4.649.967</b>

Do ponto de vista do Crédito, cerca de 61% da receita é originária no sector criativo - publicidade e arquitectura, sendo de sublinhar que os direitos de utilização de produtos do sector cultural - audiovisuais, direitos de autor, distribuição de filmes e filmes e programas de TV têm também alguma expressão. No período em análise Portugal obteve do exterior, neste âmbito, rendimentos de aproximadamente 5 mil milhões de euros.

Gráfico II

Total dos pagamentos ao exterior por agregado, em percentagem (2001-2007)



Legenda

(em 1 000€)

Direitos de aquisição e utilização de patentes, marcas e direitos de autor	2.053.367
Direitos de utilização de patentes, marcas, royalties e copy-right	1.875.477
Outros direitos de utilização	118.549
Audiovisuais	826.970
Serviços de informação	194.099
Serviços de arquitectura, engenharia e consultadoria técnica	1.405.636
Serviços de publicidade, estudos de mercado e de opinião pública	1.092.772
Serviços de informática	1.290.398
<b>TOTAL</b>	<b>8.857.268</b>

Do ponto de vista do **Débito**, predominam outro tipo de actividades, mais directamente relacionadas com o Ministério da Cultura. A importação de produtos e serviços é mais equilibrada, cabendo realçar que os agregados com maiores valores são também aqueles com montantes significativos do ponto de vista do crédito. Portugal pagou ao exterior, neste âmbito, aproximadamente 9 mil milhões de euros.

Dos oito agregados objecto do presente estudo a maioria regista saldos deficitários com o exterior, com excepção dos relativos a "serviços de publicidade, estudos de mercado e de opinião pública" e, em menor escala, a "serviços de arquitectura, engenharia e consultadoria técnica. São os direitos de aquisição e utilização de patentes marcas, royalties, direitos de autor e direitos similares os principais responsáveis pelo desequilíbrio persistentemente instalado no sector. O saldo global negativo no período é de 4 mil milhões de euros.

Fazendo agora uma análise da evolução da taxa de cobertura dos direitos de propriedade intelectual podemos verificar a existência de um **acentuado desequilíbrio entre os rendimentos pagos ao exterior e os que dele são provenientes em matéria de direitos de propriedade intelectual** (taxa de cobertura da ordem dos 52%).

**Taxa de Cobertura dos Agregados que compõem os Direitos de Autor e Conexos**

	Taxa de Cobertura de 2001 a 2007
Serviços de informática	62%
Serviços de informação	21%
Direitos de patentes, de marcas, royalties e copyright	15%
Outros direitos de utilização	27%
Serviços de publicidade, estudos de mercado e de opinião pública	121%
Serviços de arquitectura, engenharia e consultadoria técnica	107%
Serviços audiovisuais	24%
Aquisição/cedência de activos não produzidos não financeiros	23%

Fonte: Banco de Portugal

Porém tendo em conta o período de 2001 a 2007 a taxa de cobertura tem vindo a crescer.

**Evolução da Taxa de Cobertura entre 2001 e 2007**

	Taxa de Cobertura
2001	37%
2002	42%
2003	43%
2004	47%
2005	51%
2006	62%
2007	77%

Fonte: Banco de Portugal

Os serviços associados aos direitos de autor e conexos ao terem vindo a registar um aumento da taxa de cobertura ainda não atingiram valores como os que verificamos para o resto dos serviços.

**Comparação entre a taxa de cobertura das rubricas associadas a Direitos de Autor e o Sector dos Serviços (com a exclusão do Turismo)**

	Taxa de cobertura dos outros serviços (com excepção do turismo)	Taxa de Cobertura de serviços de Direito de Autor e Conexos
2001	83%	37%
2002	90%	42%
2003	97%	43%
2004	101%	47%
2005	102%	51%
2006	112%	62%
2007	130%	77%

Fonte: Banco de Portugal

## OBSERVAÇÕES FINAIS E IDEIAS-CHAVE

- A nossa análise revela a existência de um acentuado desequilíbrio entre os rendimentos pagos ao exterior e os que dele são provenientes em matéria de direitos de propriedade intelectual (cobertura da ordem dos 52%).
- A partir de 2005, é perceptível a redução progressiva do saldo negativo, sinalizando-se o ano de 2007 como um ano aparentemente de viragem, em que o saldo caiu 50% face ao ano anterior.
- De salientar o facto dos serviços de arquitectura e de publicidade serem contribuintes líquidos.
- Possíveis explicações para a evolução recente:
  - ✓ O início da venda para mercados estrangeiros de produtos televisivos, como as telenovelas, em que Portugal não tinha tradição exportadora;
  - ✓ O crescimento económico de países africanos que são naturalmente clientes de produtos televisivos, informáticos, de informação ou de arquitectura, entre outros;
  - ✓ A existência de alguns nichos de excelência no campo das novas tecnologias o que permitiu a realização de vendas de produtos e serviços para mercados tradicionalmente exigentes e difíceis como são os Estados Unidos ou alguns países da Europa;
  - ✓ A internacionalização acentuada de um maior número de escritores portugueses, os quais, sobretudo na sequência da atribuição do Prémio Nobel a José Saramago em 1998, têm visto as suas obras editadas, e em alguns casos com muita rapidez e tiragens elevadas, em outros países;
  - ✓ O reconhecimento internacional crescente de vários artistas portugueses, exemplificados em Siza Vieira, Paula Rego, Mariza, etc.

Refira-se finalmente, que nos propomos prosseguir a análise da evolução destes fluxos, à medida que os respectivos dados forem sendo disponibilizados, uma vez que reputamos de interesse o conhecimento desta realidade para uma melhor definição da política cultural.